

Projeto que reduz em quase 40% a Floresta Nacional do Jamanxim precisa passar pelo aval dos senadores e do presidente Lula antes de entrarem em vigor; Entenda o PL

Category: AMAZÔNIA, BRASIL, GERAL, MEIO AMBIENTE, NOVO PROGRESSO, PARÁ, REGIÃO

escrito por Adecio Piran | 22 de maio de 2026



Entenda o projeto que reduz em quase 40% a Floresta Nacional do Jamanxim, criada para proteger áreas próximas à BR-163

Abaixo, em 12 tópicos, veja um resumo com os principais pontos do projeto de lei aprovado.

Na sequência, entenda:

- quais são os conflitos na disputa pelo território na área de influência da BR-163;
- qual o motivo da criação da Flona;
- como entidades ambientais e ruralistas avaliam o projeto; e
- quais os próximos passos na tramitação da proposta.

Principais pontos do projeto aprovado

A aprovação da redução da área da Flona faz parte de um pacote ruralista aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, que ainda precisa passar pelo Senado Federal. O projeto prevê:

- **Redução da Floresta Nacional do Jamanxim:** o texto altera os limites da Flona do Jamanxim, criada em 2006, reduzindo sua área para aproximadamente 814,6 mil hectares.
- **Criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA):** a área retirada da Flona passa a integrar a nova Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, com cerca de 486,4 mil hectares – uma diminuição de 37,48% da área original da unidade de conservação.
- **Objetivo declarado da APA:** o texto afirma que a APA terá como finalidade disciplinar a ocupação da região e estimular atividades consideradas sustentáveis.
- **Regularização fundiária de ocupações anteriores a 2006:** o projeto permite regularizar ocupações dentro da APA, desde que sejam anteriores à criação da Flona e consideradas “mansas e pacíficas”.
- **Permissão para atividades agropecuárias:** o texto admite uso agropecuário dentro da APA, com limite de conversão de floresta. “Fica vedada a conversão da floresta para uso agropecuário em percentual acima de 20% da posse ou da propriedade” (art. 4º, §3º).
- **Previsão de regularização ambiental:** proprietários e posseiros da APA terão de regularizar passivos ambientais conforme a legislação vigente.
- **Autorização para atividades minerárias:** o projeto prevê a possibilidade de mineração dentro da Flona e da APA, desde que prevista nos planos de manejo.
- **Desapropriação de imóveis dentro da Flona remanescente:** o texto declara de utilidade pública imóveis rurais

privados que permanecerem dentro da Flona.

- **Possibilidade de reassentamento de ocupantes:** o projeto prevê a realocação de ocupantes para terras da União ou do Incra em outras áreas da Amazônia Legal.
- **Manutenção temporária das atividades econômicas:** enquanto não houver reassentamento definitivo, os ocupantes poderão continuar exercendo atividades econômicas.
- **Condicionante contra desmatamento ilegal:** o texto estabelece que títulos de domínio poderão ser cancelados em caso de desmatamento ilegal.
- **Revogação do decreto original da Flona:** o projeto revoga o decreto presidencial que criou a Floresta Nacional do Jamanxim em 2006.

[Saiba tudo sobre o caso clicando AQUI.](#)

Histórico da disputa pelo território e ocupação do Jamanxim

A Floresta Nacional do Jamanxim foi criada em 2006, no município de Novo Progresso. De acordo com especialistas, a demarcação tem relação com a compensação ambiental pela criação da BR-163.

À época, havia um plano para ordenar a ocupação na área da rodovia e evitar que a pavimentação acelerasse a grilagem e o desmatamento. A ideia era combinar desenvolvimento econômico com proteção ambiental, criando áreas protegidas, regularização fundiária e controle da exploração florestal.

Entretanto, parte do território da Flona já possuía áreas ocupadas e desmatadas, e a regularização fundiária não avançou. Desde então, a região passou a concentrar conflitos ligados à expansão da pecuária, à grilagem, à exploração madeireira e ao garimpo ilegal.

“Quando foi criada em 2006, tinha como objetivo fazer a compensação ambiental da BR-163. Foi uma condição ambiental para a criação da BR. Sempre que há a criação de uma rodovia em área de floresta, ocorre um efeito de espinha de peixe, com ocupações e vias secundárias. A Flona tem o objetivo de preservar essa área”, explica Alice Dandara, advogada do Instituto Socioambiental.

Dez anos após sua criação, em 2016, durante a gestão do então presidente Michel Temer, o governo federal editou uma medida provisória prevendo transformar parte da floresta em Área de Proteção Ambiental (APA). O objetivo era diminuir conflitos após dificuldades para conter o desmatamento e o garimpo.

O que é uma APA?

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de conservação com regras ambientais menos rígidas. Ela permite a regularização de ocupações e atividades econômicas, como pecuária e mineração.

A proposta inicial previa a conversão de cerca de 305 mil hectares em APA. Durante a tramitação no Congresso, o Senado ampliou a área a ser transformada em APA para 486 mil hectares – o equivalente a 37% da Flona do Jamanxim.

Em junho de 2017, o então presidente Michel Temer vetou a medida provisória alterada pelo Congresso. A decisão ocorreu após forte repercussão ambiental e pressão pública, incluindo manifestações da Gisele Bündchen pedindo o veto.

Pouco depois, em julho de 2017, o governo enviou um novo projeto de lei propondo novamente a redução da área protegida. Desta vez, a proposta previa transformar cerca de 350 mil hectares da Flona em APA – o equivalente a 27% do território. O pedido de urgência acabou sendo retirado posteriormente.

Área de conservação mais desmatada

Dados do Prodes mostram que as áreas incluídas nos projetos de mudança da Flona e da APA do Jamanxim acumulam um histórico significativo de desmatamento ao longo das últimas décadas.

No recorte do PL 2486/2026, por exemplo, a área prevista para a APA do Jamanxim soma quase 100 mil hectares desmatados após 2006. Já no caso da Flona do Jamanxim, o total supera 33 mil hectares no mesmo período.

Os números também indicam diferenças entre o projeto apresentado em 2017 e a proposta atual. As áreas incluídas no PL de 2026 concentram mais desmate acumulado do que as previstas no antigo PL 8107/2017, tanto na APA quanto na Flona.

Reportagens do Jornal Nacional, em 2017, mostravam que o Jamanxim já era considerado a unidade de conservação mais desmatada da Amazônia e alvo constante de madeireiros e garimpeiros. Na época, operações do Ibama destruíram balsas usadas em garimpo ilegal de ouro na região.

Ainda em 2017, o clima de conflito na região ganhou destaque nacional. Um ano antes, um sargento da Polícia Militar havia sido morto durante apoio a uma operação do Ibama. Naquele período, fiscais ambientais também tiveram veículos incendiados durante ações de combate ao desmatamento.

Mata do Jamanxim é cobiçada por madeireiros e garimpeiros

Ao longo dos anos seguintes, o avanço da ocupação irregular continuou. Segundo dados do ICMBio divulgados em 2024, desde a criação da Flona, uma área equivalente a 115 mil campos de futebol foi convertida ilegalmente em pastagem.

O ICMBio também informou que havia cerca de 300 propriedades rurais na região e aproximadamente 100 mil cabeças de gado distribuídas entre a Flona do Jamanxim e florestas vizinhas, sendo a maior parte vinculada ao Jamanxim.

Em maio de 2024, o Ministério Público Federal recomendou uma operação urgente para retirada do gado criado ilegalmente dentro da Flona do Jamanxim.

No mesmo ano, a Advocacia-Geral da União acionou a Justiça Federal do Pará para cobrar R\$ 635 milhões de cinco fazendeiros por danos climáticos associados à destruição ambiental no Parque Nacional do Jamanxim.

Agora, em 2026, a Câmara aprovou novo projeto que reduz a área da Floresta Nacional do Jamanxim e transforma parte do território em APA. O relator afirma que a proposta busca regularizar áreas ocupadas antes da criação da unidade de conservação, por produtores rurais que já exerciam atividades econômicas no local.

Críticos do projeto afirmam que a mudança pode facilitar a regularização de ocupações irregulares e ampliar a pressão sobre a floresta.

“O ponto crítico é que o novo texto inclui dispositivo permitindo atividades minerárias compatíveis com o plano de manejo, tanto na Flona quanto na APA”, afirma Clarissa Presotti, especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil.

“Na prática, isso pode abrir caminho para a legalização e expansão do garimpo em uma região extremamente sensível da Amazônia, ampliando riscos de contaminação de rios, assoreamento, perda de biodiversidade, abertura de novas vias de acesso e aumento da pressão sobre comunidades locais e áreas protegidas do entorno.”

Próximos passos na tramitação

Os projetos ainda precisam do aval dos senadores e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de entrarem em vigor.

Além do texto que reduz o tamanho da Floresta Nacional do Jamanxim, há outro projeto que impede a aplicação de multas e embargos com base apenas em imagens de satélite, exigindo a notificação prévia do administrador da área antes da aplicação de sanções.

Os textos foram aprovados em comemoração ao “Dia do Agro”.

Fonte: G1 e Publicado Por Jornal Folha do Progresso
22/05/2026/10:30:21

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:5593984046835)– (93) 98117 7649. “Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.” *Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro) - Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Lignosulfonato de sódio no Brasil: onde e por que ele é utilizado](#)